

Ministros querem autonomia para distribuir orçamento

JORNAL DO BRASIL

22 AGO 1988

BRASÍLIA — Pelo menos três ministros, o da Saúde, o da Justiça e o dos Transportes, pedirão hoje ao presidente José Sarney autonomia para redistribuir os recursos dos programas ministeriais, a partir dos limites orçamentários definidos neste fim de semana pelo Ministério do Planejamento. Ontem a Secretaria de Orçamento e Finanças da Seplan concluiu a distribuição das propostas orçamentárias para os 23 ministérios e unidades da administração direta. Embora as reuniões para a avaliação das propostas estejam marcadas somente para hoje, alguns ministros já se movimentavam para rejeitar a intenção da Seplan de determinar as dotações dos diversos programas de investimento.

“O ministro de cada área está melhor posicionado para dizer onde deve se dar o corte”, afirmou o ministro da Justiça, Paulo Brossard, surpreso com a redução de recursos recomendada para o Programa Nacional de Segurança de Trânsito. Brossard disse que defenderá o direito de remanejar os cortes sem desprezar o limite orçamentário imposto ao ministério.

A proposta preparada pela Seplan cortou Cz\$ 5,8 bilhões da previsão de gastos apresentada pelo Ministério da Justiça, reduzindo as cotações da pasta para Cz\$ 7,7 bilhões. Os programas Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores) e Renech (Registro Nacional de Carteiras de Habilitação), aparecem nesta proposta com uma dotação geral de Cz\$ 220 milhões, quando a programação original era de Cz\$ 900 milhões.

Justificáveis — Brossard considera que os gastos globais “são justificáveis” em função da transferência de 17,6% de recursos federais para estados e municípios, mas salienta que estas supressões de verbas sempre serão cruciais para ministérios de orçamentos reduzidos, como é o caso da Justiça, que absorve menos de 3% das dotações da União.

O ministro Borges da Silveira, da Saúde, que ontem ainda não conhecia a sugestão orçamentária para sua pasta — estava em São

Paulo participando de um Congresso sobre a Aids — convocou para hoje, às 8h, uma reunião de toda a sua assessoria: “Nós estamos preparados para cortar Cz\$ 10 bilhões sobre a previsão de despesas de Cz\$ 217 bilhões, mas se este teto for reduzido mantendo-se o mesmo corte, teremos complicações”, disse o secretário geral do ministério, Francisco Xavier Beduschi. Borges da Silveira, assim como Brossard, espera ter autonomia para recompor as aplicações dos programas do ministério, a partir dos limites do orçamento global fixado pela Seplan.

Privatização — Gerir as despesas autorizadas é também o objetivo do ministro dos Transportes, José Reynaldo Tavares, que está concebendo algumas ações conjugadas ao setor privado para suprir a redução de investimentos públicos no setor. Até ontem à noite, ele ainda não havia lido a proposta orçamentária para sua pasta, mas já trabalhava com a informação de que seriam recomendados cortes nas dotações para a construção da Ferrovia Norte-Sul e para o plano rodoviário nacional.

Disposto a evitar a redução de investimentos nas duas áreas, José Reynaldo determinou ao secretário geral do ministério, Mário Picanço, que inicie nesta semana consultas junto à Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais, que estaria interessada em organizar um pool de empresários propensos a partilhar dos custos para a construção da ferrovia. Quanto ao Plano Rodoviário Nacional, a proposta do ministro é de que a responsabilidade pela construção e manutenção de estradas de curto trajeto seja transferida aos estados, enquanto algumas rodovias federais poderão ter sua manutenção entregue à iniciativa privada.

Os ministros terão até terça-feira, às 15h, para estudar as propostas encaminhadas pela Seplan. O governo não fecha a possibilidade de alterar o projeto, mas o secretário de Orçamento e Finanças, José Ribas Neto, esclareceu que a palavra final sairá do Ministério do Planejamento.